



Ata da 335ª, trecentésima trigésima quinta, reunião ordinária do Conselho Deliberativo do Instituto de Previdência do Município de Jacareí realizada em vinte e nove de novembro de dois mil e vinte e dois. Nesta data reuniu-se o Conselho Deliberativo do IPMJ de forma remota utilizando-se o link Google Meet em atendimento às determinações legais de prevenção à Covid-19, sob a presidência da presidente do IPMJ Sra. Rossana Vasques. Presentes à reunião os conselheiros: Adriana Cristina de Souza Faria, Ana Paula Nola Denski Bif, Carlos Augusto Zani, Dayane Lisboa Azevedo, Danielle de Paula, José Edson Silva Souza, José Ricardo Vinhas, Márcia Aparecida de Siqueira Arnaldo, Lucieni Cristina Galvão Lázaro, Renata Ramos Vieira e Victor Adriano Vieira Silva. Ausentes: Reynaldo Bueno Prianti Neto que não justificou e Carlos Alberto Abreu dos Santos, que justificou a ausência. Também participaram da reunião a assessora financeira e contábil da presidência Fabíola de Melo Silva, o advogado do IPMJ Dr. Francisco, o assessor da presidência Luís Gustavo Ferreira Bonacina e a diretora do departamento de benefícios Sandra Pereira Rossi. A reunião teve início às 9h07, sendo conduzida pela presidente, que após os cumprimentos de praxe, anunciou a posse da conselheira Ana Paula Nola Denski Bif, que substituirá o representante do SAAE e informou sobre o indicado para substituir o representante do Sindicato do SAAE, Alexandre Vinicius de Souza, entretanto este não estava presente, após o anuncio iniciou a pauta do dia conforme a convocação, assim, seguiu-se a pauta: 1- Aprovação da Ata 334ª Reunião Ordinária. A presidente comunicou que a ata foi encaminhada por e-mail com antecedência aos conselheiros para análise. Aberta a votação, não houve alterações e a ata foi aprovada sem emendas por unanimidade. 2- Finanças (Investimentos, Aprovação do Balancete). O balancete do mês de Outubro/2022 foi disponibilizado aos conselheiros por e-mail para análise. A apresentação foi iniciada pelas Receitas Orçamentárias, esclarecendo a assessora da presidência Sra. Fabíola que a Prefeitura, SAAE, Fundação Cultural, Câmara Municipal e Regulação repassaram as contribuições dos servidores referente a folha competência de Setembro, e o IPMJ referente a competência de Outubro, que totalizou o valor de R\$ 2.101.347,70 (dois milhões, cento e um mil, trezentos e quarenta e sete reais e setenta centavos), com um acumulado de R\$ 21.621.181,63 (vinte e um milhões, seiscentos e vinte e um mil, cento e oitenta e um reais e sessenta e três centavos), lembrando que a alíquota dos servidores é de 14%. Referente aos acordos de parcelamentos de servidores foi aferido o valor de R\$ 16.662,37 (dezesseis mil, seiscentos e sessenta e dois reais e trinta e sete centavos), acumulando o valor de R\$ 182.807,97 (cento e oitenta e dois mil, oitocentos e sete reais, e noventa e sete centavos) referente a dois acordos de parcelamento ativos (fichas 9 e 10), esclarecendo que ambos os parcelamentos foram em 60 vezes estando um na parcela 37/60 e o outro na parcela 56/60. Foram apresentados os valores lançados como Receita patrimonial (rendimentos reconhecidos orçamentariamente sempre que há movimentação na carteira de investimento – renda fixa, variável, investimentos no exterior ou juros de títulos públicos); no mês de outubro registrou-se movimentação dos fundos de renda fixa totalizando o valor de R\$ 421.519,85 (quatrocentos e vinte e um mil, quinhentos e dezenove reais e oitenta e cinco centavos), desta forma acumulou o montante de receitas patrimoniais de movimentações no valor de R\$

*[Handwritten signatures and initials in blue ink]*



42.376.685,69 (quarenta e dois milhões, trezentos e setenta e seis mil, seiscentos e oitenta e cinco reais e sessenta e nove centavos). Em decorrência da devolução de um servidor referente ao convenio de UNIMED, houve o recebimento de Restituição de Benefícios Previdenciários, sendo registrado o valor de R\$ 903,68 (novecentos e três reais e sessenta e oito centavos), gerando um acumulado de R\$ 840.468,94 (oitocentos e quarenta mil, quatrocentos e sessenta e oito reais e noventa e quatro centavos). Quanto ao COMPREV (compensação previdenciária) no mês, o valor bruto contabilizado foi de R\$ 429.719,25 (quatrocentos e vinte e nove mil, setecentos e dezenove reais e vinte e cinco centavos), totalizando um acumulado de R\$ 5.014.009,07 (cinco milhões, quatorze mil, nove reais e sete centavos). Destacou ainda o registro dos honorários advocatícios e outras receitas correntes do IPMJ, apresentando também as receitas intraorçamentárias com destaque a contribuição patronal paga por todos os órgãos em dia no valor de R\$ 2.380.596,36 (dois milhões, trezentos e oitenta mil, quinhentos e noventa e seis reais e trinta e seis centavos), com acumulado de R\$ 23.618.771,98 (vinte três milhões, seiscentos e dezoito mil, setecentos e setenta e um reais e noventa e oito centavos), a assessora observou o repasse refere-se à contribuição patronal de 16% de alíquota e ocorreu conforme as competências da contribuição da prefeitura, autarquias e fundação. A assessora destacou a criação no balancete do item Contribuição Patronal Oriunda de Sentenças Judiciais, pagamentos de precatórios, somando-se no mês de outubro o valor de R\$ 42.873,37 (quarenta e dois mil, oitocentos e setenta e três reais e trinta e sete centavos). Esclareceu que ainda não foi possível a atualização dos novos acordos, devido a problemas no sistema da Secretaria de Previdência, assim apenas um dos acordos de parcelamento esta conforme a Emenda 113 estando os demais sob análise quanto a forma de lançamento no sistema, desta forma a Prefeitura executou os pagamentos dos acordos vigentes, sendo registrado o valor de R\$ 1.361.968,84 (um milhão, trezentos e sessenta e um mil, novecentos e sessenta e oito reais e oitenta e quatro centavos), gerando um acumulado de R\$ 14.275.432,01 (quatorze milhões, duzentos e setenta e cinco mil, quatrocentos e trinta e dois reais e um centavos). Referente à alíquota suplementar (amortização do déficit atuarial) no balancete do mês de Outubro/22 foi de 18,01%, totalizando no mês o valor de R\$ 2.631.399,38 (dois milhões, seiscentos e trinta e um mil, trezentos e noventa e nove reais, trinta e oito centavos), acumulando o valor de R\$ 24.979.219,28 (vinte e quatro milhões, novecentos e setenta e nove mil, duzentos e dezenove reais e vinte e oito centavos), totalizando no período em receitas orçamentárias o valor de R\$ 9.345.631,26 (nove milhões, trezentos e quarenta e cinco mil, seiscentos e trinta e um reais e vinte e seis centavos), com um acumulado no ano de R\$ 132.982.495,76 (cento e trinta e dois milhões, novecentos e oitenta e dois mil, quatrocentos e noventa e cinco reais e sete centavos). Das despesas orçamentárias explicou que estas são dispostas em liquidadas e não liquidadas; apresentando as descrições por ações, iniciando pelas despesas previdenciárias (inativos, pensionistas, COMPREV e Obrigações sobre Valores Mobiliários/PASEP). Registrando como empenhado no item - Inativos e Pensionistas o valor de R\$ 10.067.420,07 (dez milhões, sessenta e sete mil, quatrocentos e vinte reais e sete centavos), acumulando o valor de R\$ 97.176.026,35



(noventa e sete milhões, cento e setenta e seis mil, vinte e seis reais e trinta e cinco centavos). Destacou a importância de observar as colunas de empenhados e liquidados quanto ao COMPREV, sendo liquidado no mês o valor de R\$ 25.176,61 (vinte e cinco mil, cento e setenta e seis reais e sessenta e um centavos), acumulando no ano o valor de R\$ 248.586,68 (duzentos e quarenta e oito mil, quinhentos e oitenta e seis reais, e sessenta e oito centavos). Durante a apresentação a Conselheira Danielli questionou se há prazo para resolver a situação dos parcelamentos no sistema da Secretaria de Previdência, sendo respondido que não é possível estabelecer um prazo, considerando que há a dependência da decisão da secretaria mencionada, não havendo responsabilidade do IPMJ, que tem procurado todas formas (e-mail, telefone e on-line) para resolver a situação. Quanto a ação de Obrigações sobre Valores Mobiliários, foi registrado como liquidado em outubro o valor de R\$ 2.547,16 (dois mil, quinhentos e quarenta e sete reais e dezesseis centavos) referente ao PASEP da movimentação do rendimento auferido do fundo de investimento, acumulando no ano o valor de R\$ 392.324,93 (trezentos e noventa e dois mil, trezentos e vinte e quatro reais e noventa e três centavos). Apresentou a ação de despesas administrativas, destacando as despesas e encargos com pessoal, registrando o valor de R\$ 173.626,44 (cento e sessenta e três mil, seiscentos e vinte e seis reais e quarenta e quatro centavos), despesas com a manutenção do gabinete da Diretoria Executiva do IPMJ, que totalizou no período o valor de R\$ 95.192,57 (noventa e cinco mil, cento e noventa e dois reais e cinquenta e sete centavos), despesas com manutenção predial e veicular no valor de R\$ 24.729,53 (vinte e quatro mil, setecentos e vinte e nove reais e cinquenta e três centavos), encerrando o mês com o total de despesas empenhadas de R\$ 10.363.515,77 (dez milhões, trezentos e sessenta e três mil, quinhentos e quinze reais e setenta e sete centavos), no ano o valor de R\$ 101.229.996,52 (cento e um milhão, duzentos e vinte e nove mil, novecentos e noventa e seis reais e cinquenta e dois centavos). No Relatório Despesa Paga por Tipo de Despesa, que foi conferido pelo conselho fiscal que verifica as despesas, as notas de pagamento, e a utilização de cada item, verificou-se de forma resumida tudo que foi registrado no relatório. Destacou no relatório o valor de disponibilidade de R\$ 619.102.221,46 (seiscentos e dezenove milhões, cento e dois mil, duzentos e vinte e um reais e quarenta e seis centavos). Observou-se o relatório no tipo de despesa Previdenciário: aposentadorias e reformas, COMPREV, Obrigações Tributárias e contributivas e pensões; no topo de despesa Taxa de administração: cesta básica, equipamentos e materiais permanentes, estagiários e formação de servidores, material de consumo, obrigações patronais e tributárias, serviços de terceiros, serviços de consultoria, vale refeição e vencimentos de pessoal, vantagens fixa pessoal civil, totalizando no mês o valor de R\$ 10.485.962,53 (dez milhões, quatrocentos e oitenta e cinco mil, novecentos e sessenta e dois reais e cinquenta e três centavos). Apresentou o Relatório gerencial, explicando sobre a taxa de administração, que foi prevista para o ano de 2022 no valor de R\$ 2.453.652,61 (dois milhões, quatrocentos e cinquenta e três mil, seiscentos e cinquenta e dois reais e sessenta e um centavos), esclarecendo que da reserva financeira de R\$ 15.529.916,28 (quinze milhões, quinhentos e vinte e nove mil, novecentos e dezesseis reais e vinte centavos) já foram empenhados o valor de R\$

20/12/22



902.793,72 (novecentos e dois mil, setecentos e noventa e três reais e setenta e dois centavos). A assessora também explanou sobre a execução orçamentária e movimentações financeiras (aplicações e resgates) ocorridas durante o mês de Outubro/22, atendendo as demandas do comitê de investimento e a diretoria executiva. Por fim a assessora Fabíola apresentou os gráficos disponibilizados, apresentando considerações quanto ao balancete orçamentário, gestão orçamentária e utilização da taxa de reserva, encerrando a apresentação destacando que o relatório que foi aprovado pelo conselho fiscal, conforme consta na ata que foi disponibilizada para o conselho deliberativo. O assessor Luiz deu continuidade a apresentação expondo o relatório de investimentos mensais do instituto, apresentando como cenário econômico mundial e os reflexos na economia do Brasil. Apresentou o acompanhamento do patrimônio líquido, que em Outubro/22 encerrou no valor de R\$ 642.060.600,35 (seiscentos e quarenta e dois milhões, sessenta mil, seiscentos reais e trinta e cinco centavos), ocorrendo um rendimento no mês superior a mais de quinze milhões, entretanto destacou que certamente no mês de novembro haverá queda no rendimento. Quanto ao rendimento em renda fixa este encerrou o mês positivo, também sendo um mês bom para os investimentos em renda variável, e quanto aos investimentos no exterior pela primeira vez no ano encerrou positivo, devido ao lucro dos bancos. Explicou que devido alguns comentários no mercado financeiro houve uma boa oportunidade de adquirir títulos públicos. Apresentou os enquadramentos e informou que na data de amanhã será votado se o fundo Pátria poderá iniciar o desinvestimento, sendo solicitado pelo assessor a consultoria informações para subsidiar a votação do representante do instituto. Apresentou a alocação por instituição e a matriz de risco retorno de renda fixa, renda variável e dos investimentos no exterior, informando por fim da aquisição de letras financeiras do Banco BV. Encerrada a apresentação foi aberta a votação, sendo os relatórios de execução orçamentaria, finanças e investimentos aprovados por unanimidade. 3- Posse de Conselheiros por suplência e indicação: A conselheira Ana Paula Nola Denski Bif foi empossada em substituição ao conselheiro Evandro que foi demitido, passando a servidora a representar os servidores do SAAE, a servidora aproveitou a oportunidade para apresentar-se; 4- Apresentação da Política de Investimento de 2023: foi apresentado o documento de Política de investimentos, a conselheira Ana Paula questionou o que seria a segregação de massa, sendo esclarecido pelo Dr Francisco Caluza que trata-se da organização quanto dos aposentados em grupos que possuem um passivo atuarial (que é paga pelo ente) que não se pagam e do grupo de servidores que a contribuição paga sua despesa/grupo capitalizado, esclarecendo que o IPMJ adota como forma de equacionar o déficit atuarial a alíquota suplementar. A Conselheira Danielle questionou sobre a alocação de investimentos, solicitando que registrasse sua manifestação “Estou consultando o site do IPMJ e a ALM diz que devemos baixar a posição para 0,49% em Renda Variável. Por que estão deixando em 14,5%? Não seria melhor aumentar a exposição em Títulos Públicos e Letras Financeiras marcadas a curva, já que em Letras Financeiras estamos alocando apenas 2,5% e o limite máximo é de 20%?”, sendo respondido pelo assessor Luís que a ALM é apenas um norte, e que não é possível resgatar alguns fundos para as alterações

D. B. L.

Handwritten signatures and initials in blue ink at the bottom of the page.



propostas, manifestando-se contra baixar a exposição de 17 para zero, afirmando ainda que a ALM utiliza um estudo de 10 anos, defendendo que o que se busca é um equilíbrio, não conseguindo seguir a projeção da ALM. Em relação aos títulos públicos afirmou que estão adquirindo, porém não há dinheiro novo, entendendo não ser viável retirar dinheiro já investido para este tipo de investimento, devido aos prazos. Afirmou ainda o assessor que o cenário e as projeções para os anos são mais considerados no plano de investimento, em continuidade a apresentação apresentou os riscos e outras informações sobre o planejamento. A conselheira Danielle questionou “A nossa Resolução Normativa está adequada a nova portaria 1467/2022?”, sendo respondido pelo assessor Luís que não tinha certeza, e que havia solicitado informação a Diretora Renata, sendo informado pelo Dr Francisco Caluza, que o CAIF deve informar o que deve ser analisado no credenciamento, restando decidido que o CAIF apresente uma proposta de enquadramento a portaria que será encaminhada ao advogado do IPMJ para um parecer jurídico. Por fim foi colocado em votação, sendo aprovado o documento.

5- Aprovação dos expedientes de Aposentadorias/Pensões. A diretora de benefícios Sandra informou que foram enviados por e-mail aos conselheiros 15 (quinze) expedientes de concessão de benefícios para análise, sendo: treze aposentadorias e duas pensões, não havendo manifestações. A Sra. Sandra anunciou os beneficiados, a saber: Aposentadorias – Willian Nunes de Oliveira, Eva dos Santos Dias, Terezinha de Jesus Santos, Isamara de Almeida Rodrigues, Carmem Lucia Aparecida da Silva, Benedito das Chagas e Silva Junior, Marcos Antonio Alves de Lima, Balbino Benedito de Paula, Lucimara de Siqueira Alves, Maria Josepha de Souza Paiva, Cicília Adriana Amancio da Silva, Teresinha Alves Ramos, Teresa Aparecida Viana de Carvalho; Pensões: Arnaldo Martins dos Santos - Beneficiária: Maria Do Carmo da Silva Santos, José Roberto Fonseca - Beneficiária: Elza Maria Fonseca. Todos expedientes foram aprovados após votação.

6- Informes: a) A presidente agradeceu a presença de todos no curso de formação de certificação e estimulou que continuem os estudos para a prova de certificação b) quanto a próxima reunião deverá ser presencial se não ocorrer maiores restrições quanto a COVID 19; c) O advogado Francisco Caluza informou que da auditoria do Tribunal de Contas foi emitido um relatório com alguns apontamentos que estão sendo analisados que deve ser respondido no prazo de 30 dias, esclarecendo que posteriormente divulgará os apontamentos; d) Resultado das Contas de 2014 – TC 1349/026/14, foram aprovadas com recomendações quanto ao déficit atuarial, recomendando seguir os apontamentos do atuário; e) Decisão quanto às pensões de 2021 – TC 21850/989/22, foram as concessões aprovadas com duas recomendações, sendo uma quanto à necessidade de que sejam informadas no sistema do tribunal as datas dos atos (assinatura das portarias) e não as datas da publicação ou da entrada em vigor, e como outra recomendação apresentou a necessidade de regulamentação das perícias médicas, definindo a documentação mínima para a concessão do benefício; f) Informou da auditoria da Secretaria de Previdência quanto aplicações no FIDC Multisetorial Master III, sendo encaminhadas as informações solicitadas. Nada mais foi tratado e a reunião foi encerrada às 11h06. Eu, Adriana Cristina de Souza Faria secretária \_\_\_\_\_, lavrei a presente ata a qual será assinada pela

*Diário*



presidente e conselheiros presentes após sua aprovação. Jacareí, vinte e nove de novembro de dois mil e vinte e dois. \*\*\*\*\*

**PRESIDENTE**

Rossana Vasques

**CONSELHEIROS**

Adriana Cristina de Souza Faria

Ana Paula Nola Denski Bif

Danielle de Paula

Carlos Augusto Zani

Dayane Lisboa Azevedo

José Edson Silva Souza

José Ricardo Vinhas

Lucieni Cristina Galvão Lázaro

Márcia Aparecida de Siqueira Arnaldo

Renata Ramos Vieira

Victor Adriano Vieira Silva

Handwritten signatures in blue ink on a form with horizontal lines. The signatures correspond to the names listed on the left. The first signature is for Rossana Vasques. The second is for Adriana Cristina de Souza Faria. The third is for Ana Paula Nola Denski Bif. The fourth is for Danielle de Paula. The fifth is for Carlos Augusto Zani. The sixth is for Dayane Lisboa Azevedo. The seventh is for José Edson Silva Souza. The eighth is for José Ricardo Vinhas. The ninth is for Lucieni Cristina Galvão Lázaro. The tenth is for Márcia Aparecida de Siqueira Arnaldo. The eleventh is for Renata Ramos Vieira. The twelfth is for Victor Adriano Vieira Silva.